

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 470/09-06 1ª Alteração

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: RF - Reciclagem e Serviços.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua Padre Eurico Nelson, nº 541, Qd 20, Conjunto João Paulo, Santa Etelvina, Manaus-AM.

CNPJ/CPF: 12.795.016/0001-17

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

FONE: (92) 99222-9923

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 1012.3202

PROCESSO Nº: 3241/T/09

ATIVIDADE: Transporte rodoviário de resíduos classe II

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Estado do Amazonas-AM.

FINALIDADE: Autorizar o transporte e coleta de resíduos de sólidos inertes (sucatas de ferro, alumínio, papelão, plásticos, pneus e borrachas).

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Médio


PORTE: Médio

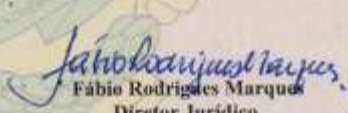
PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 454 DIAS.

Atenção:

- Esta licença é composta de 10 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM, 21 de Fevereiro de 2018


Maria Gorete Mota Silva
Diretora Técnica


Fábio Rodrigues Marques
Diretor Jurídico,
no exercício da Presidência

RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO N° 470/09-06 1ª Alteração

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei n°.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei n°.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo n°. 3241/T/09**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. É expressamente proibida a queima e deposição inadequada de resíduos de qualquer natureza, devendo os mesmos ser acondicionados e direcionados a local ambientalmente adequado.
8. O transporte de resíduos classe II, deverá ser efetuado exclusivamente por meio do veículo identificado com a seguinte placa: **JWW-4427, JWR-9895, OAK-9394, BYG-1616 e JXJ-5635**.
9. Apresentar a este IPAAM, quando da solicitação da renovação da Licença de Operação:
 - a) Registro dos resíduos transportados, devendo conter no mínimo a quantidade e destino final.
 - b) Comprovante dos serviços de manutenção e reparos dos veículos, os quais só podem ser executados por empresas licenciadas neste IPAAM para esta atividade, devendo os comprovantes serem encaminhados a este Instituto.
10. **A concessão desta Licença invalida qualquer outro documento expedido pelo IPAAM, para autorização da atividade a que a mesma se refere.**



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

RECEBI O ORIGINAL
Em 30/02/18



LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 386/04-08 - 1ª Alteração

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: Olenina G. de Sá - Posto Dom Bosco.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rodovia BR 230, km 2,6, São Pedro, Humaitá - AM

CNPJ/CPF: 06.098.506/0001-61

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 04.211.336-9

FONE: (97) 3373-3478

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 0702.2604

PROCESSO Nº: 1241/T/04

ATIVIDADE: Comercialização de Combustível

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Rodovia BR 230, km 2,6, São Pedro, Humaitá-AM.

FINALIDADE: Autorizar a comercialização de combustíveis derivados de petróleo (gasolina, diesel), Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, álcool combustível, transporte de combustível, abastecimento próprio e a comercialização de GLP.

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Grande


PORTE: Médio


PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 310 DIAS.

Atenção:

- Esta licença é composta de 15 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM, 29 de Janeiro de 2018


Maria Gorete M. da Silva
Diretora Técnica


Marcelo José de Lima Dutra
Diretor Presidente

RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 386/04-08 - 1ª Alteração

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 1241/T/04**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal
7. Manter atualizado neste IPAAM, o cadastro da atividade com relação à frota de transporte de produtos da empresa.
8. O transporte deve atender o estabelecido no Decreto Federal nº 96.044/08 e demais normas pertinentes, Resolução MT/ANTT nº 420/04 e demais normas pertinentes.
9. No caso de desativação, o empreendimento deverá apresentar Plano de Encerramento de atividades.
10. Na eventualidade de ocorrência de vazamento de combustíveis ou sinistros nas instalações físicas do empreendimento, adotar procedimentos constantes no Plano de Atendimento a Emergência – PAE e encaminhar imediatamente relatório circunstanciado do evento a este IPAAM.
11. Dar destinação adequada a borra oriunda do Sistema Separador Água e Óleo – SAO, devendo ser encaminhado **anualmente** a este Instituto, com comprovante de destinação final.
12. Quando do esgotamento do sistema sanitário do empreendimento, apresentar documento comprobatório.
13. Esta Licença autoriza o transporte rodoviário exclusivo do veículo identificado pela placa: **PHC-5131**.
14. Apresentar neste IPAAM, quando da solicitação da renovação da Licença, os seguintes documentos:
 - a) Comprovante dos serviços de lavagem, manutenção e reparo do veículo que só podem ser executados por empresas licenciadas neste IPAAM para esta atividade.
 - b) Certificado de Inspeção Veicular – CIV, atualizado.
 - c) Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos – CIPP, atualizado.
15. **A concessão desta Licença invalida qualquer outro documento expedido pelo IPAAM, para autorização da atividade a que a mesma se refere**



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

IPAAM
FL. N° 3028
14

RECEBI O ORIGINAL
Em 27.02.2018
Jorge Lef. Pina

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 371/04-13 - 2ª Alteração

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: Transglobal Serviços Ltda.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Av. Abiurana, nº 2351, Mauzinho, Manaus-AM.

CNPJ/CPF: 01.362.266/0001-47

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 04.109.112-4

FONE: (92) 3615-7766/Ramal 215

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 1012.2706

PROCESSO Nº: 1333/04/V3

ATIVIDADE: Transporte rodoviário em veículos tanques de combustíveis.

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Estado do Amazonas-AM.

FINALIDADE: Autorizar o transporte rodoviário de produtos derivados de petróleo (gasolina, gás natural, GLP, óleo diesel, óleo combustível, querosene de aviação, bunker "combustível marinho"), **lubrificantes** (óleos lubrificantes minerais, óleo lubrificantes graxos, óleo lubrificantes sintéticos, composição betuminosa), álcool e resíduos sólidos e líquidos contaminados com produtos derivados de petróleo, outros contaminantes, produtos derivados de petróleo em embalagens comerciais e **produtos asfálticos** (ADP, CAP 5 e emulsões asfálticas).

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Grande

PORTE: Grande

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 300 DIAS.

Atenção:

- Esta licença é composta de 11 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

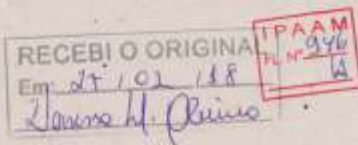
Manaus-AM, 21 de Fevereiro de 2018.

Maria Gorete M. da Silva
Diretora Técnica

Fábio Rodrigues Marques
Diretor Jurídico,
no exercício da Presidência

RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 371/04-13 - 2ª Alteração

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 1333/04/V3**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal
7. Nas situações de sinistro e emergência, adotar procedimentos constantes no Plano de Emergência e encaminhar imediatamente relatório circunstanciado do evento a este IPAAM.
8. O transporte deve atender o estabelecido no Decreto Federal nº 96.044/88 e Resolução MT/ANTT nº 420/2004 e demais normas pertinentes.
9. Apresentar neste IPAAM, quando da solicitação da renovação da Licença, os seguintes documentos:
 - a) Comproverantes dos serviços de lavagem, manutenção e reparo dos veículos que só podem ser executados por empresas licenciadas neste IPAAM para esta atividade, devendo os comprovantes serem encaminhados a este Instituto.
 - b) Comprovante da destinação dos resíduos gerados na limpeza/desgasificação dos tanques de combustíveis.
 - c) Certificado de Inspeção Veicular – CIV atualizado.
 - d) Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos – CIPP atualizado.
10. O transporte rodoviário de petróleo e álcool combustível deverá ser efetuado exclusivamente por meio dos veículos com as placas: **BWP-7412, CPR-3483, DBC-0871, EJW-47469, EJW-4750, GRN-1547, JWP-3224, JWS-3675, JXA-0797, JXA-5495, JXA-5662, JXA-6233, JXX-8942, JXB-0292, KHM-4457, KHM-4477, NAI-8977, NBS-7349, NOJ-8280, NOM-8802, NOM-8882, OAH-8192, OAH-8202, OAI-3792, OXM-3182, OXM-3422, OXM-3752, OXM-3802, OXM-3872, OXM-3912, PHB-4668, PHB-4728, PHB-4658, PHB-4788, PHB-0241, OAN-9771, OAN-9811, OAN-9691, OAN-9841, PHC-4832, PHC-4792, PHC-4772, PHC-4742, PHG-1578, PHG-2078, JXU-3100, OAI-3762, OAK-1642, PHG-6668, PHG-6678, KIJ-1422, OAI-3772, NAI-6239, NAI-3570, BMG-2058, HRV-1984, HRV-1983, PHH-2079, PHH-2089, JWG-1114, JWL-2365, NOM-4889, OAK-7181, PHA-2613, OAI-1721, OAI-1751, OAI-1761, OAI-1781, PHC-0717, NOV-4015, PHJ-0968, NOZ-2538, JWX-8834, JWX-3601, JXA-5995, KEV-2851, KEV-2841 e LBS-0995.**
11. A concessão desta Licença invalida qualquer outro documento expedido pelo IPAAM, para autorização da atividade a que a mesma se refere.



LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 158/02-12 - 1ª Alteração

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a

INTERESSADO: Transglobal Serviços Ltda.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Av. Abiurana, nº 2351, Mauazinho, Distrito Industrial, Manaus-AM.

CNPJ/CPF: 01.362.266/0001-47

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 04.109.112-4

FONE: (92) 3615-7766

FAX: (92) 3615-7766

REGISTRO NO IPAAM: 7012.2704

PROCESSO Nº: 0648/02/V2

ATIVIDADE: Transporte Fluvial de Cargas Perigosas.

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Estado do Amazonas – AM.

FINALIDADE: Autorizar os serviços no convés da balsa, transporte fluvial de cargas perigosas, óleo isolante, óleo contaminado (resíduos oleosos) em embalagens comerciais, caminhão/ carreta tanque, contendo produtos derivados de petróleo tais como: óleo diesel, óleo combustível, querosene de aviação, bunker combustível marinho, transformadores com óleo isolante, resíduos sólidos e líquidos contaminados com produtos derivados de petróleo, outros contaminantes, transporte de produtos químicos: sulfato de alumínio, hipoclorito de cálcio e transporte de produtos asfálticos (ADP, CAP's e emulsões asfálticas).

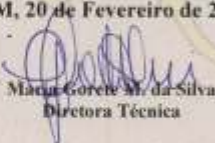
POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Grande **PORTE:** Pequeno


PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 288 DIAS

Atenção:

- Esta licença é composta de 12 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM, 20 de Fevereiro de 2018.


Marcia Gorete M. da Silva
Diretora Técnica


Marcelo José de Lima Dutra
Diretor Presidente

RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 158/02-12 - 1ª Alteração

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 0648/02/V2**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Manter atualizadas as vistorias de inspeção de segurança das embarcações.
8. Esta Licença autoriza o transporte fluvial de cargas perigosas exclusivamente pelas embarcações denominadas: **TRANSGLOBAL (III e IV) e TGS (II, IV, VIII, X, XII) e KANAAN**.
9. Nas situações de sinistro e emergência, adotar procedimentos constantes no Plano de Emergência e encaminhar imediatamente relatório circunstanciado do evento a este IPAAM.
10. É expressamente proibido aos serviços de manutenção (lavagem de tanque/degaseificação) devendo os mesmos ser realizados por empresas licenciadas neste IPAAM para esta finalidade, e apresentar a este Instituto quando da solicitação da renovação da licença, comprovante dos serviços efetuados.
11. Apresentar neste IPAAM, quando da solicitação da renovação da Licença, os seguintes documentos:
 - a) Certificado de Segurança da navegação - CSN atualizado
 - b) Registro do Plano de Ação/simulado, conforme o Plano de Emergência da atividade desenvolvida pela empresa.
12. A concessão desta Licença invalida qualquer outro documento expedido pelo IPAAM, para autorização da atividade a que a mesma se refere.



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

RECEBI O ORIGINAL
Em 06/02/2018
Caio Fontany Nagy

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 065/10-04

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: Howard Fontany Nagy.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Estrada do Brasileirinho, km 04, Ramal dos Milagres, Distrito Industrial II, Manaus-AM

CNPJ/CPF: 406.889.332-20

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

FONE: (92) 99286-1486

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 1012.3104

PROCESSO Nº: 0769/T/09

ATIVIDADE: Suinocultura

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Estrada do Brasileirinho, km 04, s/nº, Ramal dos Milagres, Distrito Industrial II, Manaus-AM.

Coordenadas da Propriedade

| Ponto | Latitude (S) | Longitude (W) | Ponto | Latitude (S) | Longitude (W) |
|-------|--------------|---------------|-------|--------------|---------------|
| M-02 | 03°01'09,75" | 59°53'13,72" | M-06A | 03°01'21,52" | 59°53'14,35" |
| M-02A | 03°01'10,92" | 59°53'09,54" | M-01A | 03°01'20,03" | 59°53'17,67" |

FINALIDADE: Autorizar a operação da atividade de suinocultura e o transporte de resíduos orgânicos (restos de alimentos), coletados no Pólo Industrial de Manaus – PIM.

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Grande

PORTE: Médio

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO:

| | |
|--------------------------------------------|------------------------------------|
| Módulo(s) Fiscal (n) do Imóvel (MF) 0,4273 | Percentual de Reserva Legal (%) 80 |
| Área total da propriedade (ha) 4,2730 | Área de uso atual (ha) 3,3800 |
| Área de Preservação Permanente (ha) — | Área de uso a desmatar (ha) — |
| Área de Reserva legal (ha) 0,7800 | Área remanescente (ha) — |

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 01 ANO

Atenção:

- Esta licença é composta de 15 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve estar disposta de forma visível (frente e verso), no local onde é desenvolvida a atividade.

Manaus-AM,

Maria Gorete M. da Silva
Diretora Técnica

Marcelo José de Lima Dutra
Diretor Presidente

RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – L.O Nº 065/10-04

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 0769/T/09**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente – APP, conforme estabelecido a Lei nº. 12.651/12, alterada pela Lei nº 12.727/12.
8. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, inseticidas, agrotóxicos, tintas e outros).
9. É expressamente proibida a queima e deposição inadequada de resíduos de qualquer natureza, devendo os mesmos ser acondicionados e direcionados em local apropriado.
10. Proteger a fauna conforme estabelecido nas Leis nº. 5.197/67
11. **Não poderá existir atividade de matadouro de suínos no local sem licenciamento ambiental e inspeção sanitária oficial.**
12. Destinar adequadamente os resíduos sólidos (lixo, inclusive de obras e/ou reformas) gerados no empreendimento.
13. Manter programa de boas práticas de produção de suinocultura comercial, com a finalidade de controle de insetos, roedores, animais silvestres e domésticos.
14. Esta licença autoriza somente o transporte de resíduos orgânicos (restos de alimento) do PIM a retirada de qualquer outro tipo de resíduo sujeitará o detentor e a empresa fornecedora as sanções previstas na legislação vigente.
15. Esta licença autoriza apenas o transporte rodoviário de resíduos orgânicos, através do veículo com placa **JXV-1233**.

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 024/18

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: Casa do Agricultor Comércio e Representação Ltda - EPP.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua Pedro Botelho, 38, Centro, Manaus-AM.

CNPJ/CPF: 05.400.320/0001-52

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 04.174.684-8

FONE: (92) 99166-5733/99122-6771

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 1012.2219

PROCESSO Nº: 1633.2017

ATIVIDADE: Comércio e Serviço.

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Rua Pedro Botelho, 38, Centro, Manaus-AM.

FINALIDADE: Comercialização de agrotóxicos e fertilizantes.

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Médio


PORTE: Pequeno


PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 02 ANOS.

Atenção:

- Esta licença é composta de 11 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM,

07 FEV 2018

Maria Gorete Almeida Silva
Diretora Técnica


Marcelo José de Lima Dutra
Diretor Presidente

RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 024/18

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 1633.2017**
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. A coleta e o transporte para destinação final de resíduos industriais gerados no processo produtivo somente poderá ser realizado por empresa licenciada no IPAAM para esta finalidade.
8. A empresa deverá manter o registro de movimentação dos agrotóxicos comercializados, devendo ser encaminhado a este IPAAM, quando da renovação da licença.
9. As embalagens dos produtos devem sofrer segregação e destinação final, de acordo com a Lei nº 9.974/00 e 3803/12 Decreto nº 3550/00 e 4074/02.
10. O armazenamento dos produtos comercializados deve atender as especificações do fabricante.
11. Apresentar semestralmente o Certificado de destinação das embalagens de agrotóxicos emitido pela Associação dos Revendedores de Agrotóxicos do Amazonas – ARAM.

LICENÇA DE OPERAÇÃO - L.O. Nº 300/06-03

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS - IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785, de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: **Onei Rossato**

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Av. Transamazônica, nº 1890-B, Humaitá-AM

CNPJ/CPF: 309.151.040-91

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

FONE: (97) 98113-6303

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 0702.3103

PROCESSO Nº: 1278/T/03

ATIVIDADE: Criação de animais de grande porte

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Rodovia BR 319, km 54, ME (sentido Humaitá - Porto Velho), Humaitá-AM.

Coordenadas Geográficas do Imóvel/Terreno:

| Ponto | Latitude (S) | Longitude (W) | Ponto | Latitude (S) | Longitude (W) |
|-------|-----------------|-----------------|-------|-----------------|-----------------|
| P1 | 07°55'18,46602" | 63°19'19,89495" | P-3 | 07°54'23,33400" | 63°18'05,34941" |
| P2 | 07°53'25,70649" | 63°17'00,25232" | P-4 | 07°56'20,71854" | 63°18'31,03382" |

FINALIDADE: Autorizar a criação de animais de grande porte em rotação com o cultivo de culturas temporárias (grãos, em uma área de 300 ha, inserida na propriedade denominada "Agropecuária Rossato V", com área total de 1.365,3883 ha.

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO:

| | |
|----------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| MÓDULO(S) FISCAL (IS) DO IMÓVEL (MF) 13,65 | ÁREA DE CERRADO (HA) 515,3883 |
| ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE (HA) 1.365,3883 | ÁREA DE RESERVA LEGAL (CERRADO) (HA) 180,3889 |
| ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (HA) | PERCENTUAL DE RESERVA LEGAL (CERRADO) (%) 35 |
| ÁREA DE FLORESTA (HA) 850,0000 | ÁREA NÃO-CONSOLIDADA A RECUPERAR (HA) 21,5922 |
| ÁREA DE RESERVA LEGAL (HA) 680,0000 | ÁREA DE USO (HA) 505,0024 |
| Percentual de Reserva Legal Estigível (%) 80 | ÁREA REMANESCENTE (HA) 52,6775 |

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Grande

PORTE: Grande

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 01 ANO.

Atenção:

- Esta licença é composta de 18 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve estar disposta de forma visível (frente e verso), no local onde é desenvolvida a atividade.

Manaus-AM,

03 FEV 2018
Marta Gorete M. da Silva
Diretora Técnica

Marcelo José de Lima Dutra
Diretor Presidente

RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA - L.O N° 300/06-03

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei n° 3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei n° 3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo n° 1278/T/03**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. O uso irregular desta Licença implica na sua cassação, bem como nas sanções previstas na legislação.
8. Esta Licença não contém emendas ou rasuras.
9. Cópia desta Licença deve permanecer no local da atividade para efeito de fiscalização.
10. Os dados técnicos do projeto são de inteira responsabilidade do responsável técnico.
11. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, inseticidas, agrotóxicos, tintas e outros).
12. Proteger a fauna conforme estabelecido nas Leis n.º 5.197/67.
13. É expressamente proibida a queima e deposição inadequada de resíduos de qualquer natureza, devendo os mesmos ser acondicionados e direcionados a local ambientalmente adequado.
14. Destinar adequadamente os resíduos sólidos (lixo, inclusive de obras e/ou reforma) gerados no empreendimento.
15. A aplicação, armazenamento, acondicionamento de resíduos e embalagens e transporte de agrotóxicos, devem atender os dispostos da Lei n° n° 7.802 de 11 de julho de 1989, regulamentada pelo Decreto n° 4.074, de 04 de Janeiro de 2002 e na Lei Estadual n° 3.803/12, regulamentada pelo Decreto n° 36.107/15.
16. É expressamente proibido o abate de animais no empreendimento sem Licença Ambiental e Inspeção Sanitária oficial.
17. Realizar no IPAAM, **no prazo de 60 dias**, cadastro do poço artesiano existente no imóvel.
18. Atender as solicitações resultantes da análise do Cadastro Ambiental do imóvel.



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

RECEBI O ORIGINAL

Em: 19/02/2018

Daniel Azevedo

LICENÇA DE OPERAÇÃO - L.O. Nº 359/13-02

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS - IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: **Minoru Nagata**.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua Conde de Itagua, nº 16, Parque das Laranjeiras, Flores, Manaus-AM

CNPJ/CPF: 142.743.292-91

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 04.261.487-2

FONE: (92) 99122-6771

FAX: (92) 3020-6840

REGISTRO NO IPAAM: 1007.3101

PROCESSO Nº: 1336/T/13

ATIVIDADE: Criação de animais de pequeno porte.

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Rodovia AM 070, km 16, Margem esquerda, (sentido Manaus- Manacapuru-AM), "Granja Nagata", Iranduba -AM

Coordenadas da Propriedade

| Ponto | Latitude (S) | Longitude (W) | Ponto | Latitude (S) | Longitude (W) |
|-------|--------------|---------------|-------|--------------|---------------|
| M-02 | 03°10'52.25" | 60°12'58.55" | M-03 | 03°11'50.50" | 60°13'33.39" |
| M-05 | 03°11'06.36" | 60°12'45.28" | M-04 | 03°11'37.87" | 60°13'45.68" |

FINALIDADE: Autorizar a operação da atividade avicultura de postura e a fabricação de ração para uso na atividade, em uma área de 5,5ha inserida no imóvel denominado "Granja Nagata", com área total de 115,63ha.

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Pequeno

PORTE: Excepcional

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO:

| | |
|--------------------------------------------|----------------------------------------|
| Módulo (s) Fiscal (s) do Imóvel (MF): 1,45 | Percentual de Reserva Legal (%): 72,97 |
| Área total da propriedade (ha): 115,63 | Área de uso atual (ha): 31,26 |
| Área de Preservação Permanente (ha): 3,63 | Área de uso a desmatar (ha): ----- |
| Área de Reserva Legal (ha): 84,37 | Área Remanescente (ha): ----- |

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 02 ANOS.

Atenção:

- Esta licença é composta de 15 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM,

19/FEV/2018

Sheron Vitorino da Silva

Gerente, no exercício da Diretoria Técnica

Marcelo José de Lima Dutra
Diretor Presidente

RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – L.O N° 359/13-02

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei n°3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei n°3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo n° 1336/T/13**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Proteger o solo da contaminação por substâncias tóxicas (combustível, óleos, graxas, inseticidas, tintas, produtos de limpeza e outros).
8. Proteger a fauna, conforme estabelecido na Lei n° 5.197/67
9. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente – APP, conforme estabelecido a Lei n.º 12.651/12, alterada pela Lei nº 12.727/12.
10. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, inseticidas, agrotóxicos, tintas e outros).
11. É expressamente proibida a queima e deposição inadequada de resíduos de qualquer natureza, devendo os mesmos ser acondicionados e direcionados em local apropriado.
12. Destinar de forma adequada os resíduos sólidos (lixo, inclusive de obras e/ou reforma) gerados no empreendimento.
13. A aplicação, armazenamento, acondicionamento de resíduos e embalagens e transporte de agrotóxicos, devem atender os dispostos da Lei n° n° 7.802 de 11 de julho de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 4.074, de 04 de Janeiro de 2002.
14. Portaria Normativa SEMA/IPAAM/N° 12 de 20 de Janeiro de 2017, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução N° 01/2016 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH).
15. Atender as solicitações resultantes da análise do CAR registrado sob o n° AM-1301852-48624ACFFD6748D4FE8E60225875197C.



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

RECEBI O ORIGINAL
Em: 19 02 2018

DANIEL AZEVEDO

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 480/10-05

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: Kenji Nishiki.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua Conde de Itaguaá, nº 922, Parque das Laranjeiras, Manaus-AM.

CNPJ/CPF: 475.929.232-20

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

FONE: (92) 99166-6771

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 1007.3101

PROCESSO Nº: 3992/T/07

ATIVIDADE: Criação de animais de pequeno porte.

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Rodovia AM 070, Estrada do Caldeirão, km 04, MD, Iranduba-AM.

Coordenadas da Propriedade

| Ponto | Latitude (S) | Longitude (W) | Ponto | Latitude (S) | Longitude (W) |
|-------|--------------|---------------|-------|--------------|---------------|
| M-02 | 03°12'47,32" | 60°12'46,35" | M-03 | 03°12'08,61" | 60°12'56,61" |
| M-06 | 03°12'43,47" | 60°12'28,75" | M-04 | 03°12'06,94" | 60°12'37,87" |

FINALIDADE: Autorizar a operação da atividade avicultura de postura e a fabricação de ração para uso na atividade, em uma área de 2,00ha inserida no imóvel denominado 'Granja Nishiki', com área total de 70,34ha.

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Pequeno **PORTE:** Excepcional

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO:

| | |
|-------------------------------------------|---------------------------------------|
| Módulo(s) Fiscal (is) do Imóvel (MF) 0,88 | Percentual de Reserva Legal (%) 71,41 |
| Área total da propriedade (ha) 70,41 | Área de uso atual (ha) 14,58 |
| Área de Preservação Permanente (ha) 6,79 | Área de uso a desmatar (ha) - |
| Área de Reserva legal (ha) 50,35 | Área remanescente (ha) - |

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 02 ANOS.

Atenção:

- Esta licença é composta de 14 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM.

19 FEVER 2018

Sheron Vitorino da Silva
Gerente, no exercício da Diretoria Técnica

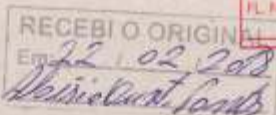
Marcelo José de Lima Dutra
Diretor Presidente

RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – L.O Nº 480/10-05

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos muros das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº 3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº 3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 3992/T/07**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente – APP, conforme estabelecido a Lei n.º 12.651/12, alterada pela Lei nº 12.727/12.
8. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, inseticidas, tintas e outros).
9. Proteger a fauna silvestre conforme estabelecido nas Leis n.º 5.197/67
10. É expressamente proibida a queima e deposição inadequada de resíduos de qualquer natureza, devendo os mesmos ser acondicionados e direcionados em local apropriado.
11. Destinar de forma adequada os resíduos sólidos (fixo, inclusive de obras e/ou reformas) gerados no empreendimento.
12. A aplicação, armazenamento, acondicionamento de resíduos e embalagens e transporte de agrotóxicos, devem atender os dispostos da Lei nº nº 7.802 de 11 de julho de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 4.074, de 04 de Janeiro de 2002 e Lei Estadual nº 3.803/, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 36.107/2015.
13. Encaminhar ao IPAAM, pedido de Outorga de Uso dos Recursos Hídricos (captação de água superficial), nos termos e prazos da Portaria Normativa SEMA/IPAAM/Nº 12 de 20 de Janeiro de 2017, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução Nº 01/2016 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH).
14. Atender as solicitações resultantes da análise do CAR registrado sob o nº AM-1301852-085EFCCF0F53411EBB87CE88553F85AD.



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS



LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 006/18

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: Aloisio Duarte Pontes.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua Governador Álvaro Maia, nº 04, Centro, Rio Preto da Eva - AM.

CNPJ/CPF: 042.924.052-04

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

FONE: (92) 99144-3503

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 1018.3001

PROCESSO Nº: 1282/T/12

ATIVIDADE: Culturas Permanentes

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Rodovia AM 010, km 86, margem esquerda, ZF 7B, km 7, margem esquerda, as coordenadas geográficas, conforme Parecer Técnico de Vistoria nº 008/18-GCAP, nos autos do processo 1282/T/12-IPAAM, Rio Preto da Eva - AM.

FINALIDADE: Autorizar a operação da atividade de agricultura familiar em uma área de 87,0ha, inserida no imóvel denominado "Fazenda Sucanga", com área total de 808,5572ha.

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Pequeno

PORTE: Médio

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO:

| | |
|----------------------------------------------|------------------------------------------|
| Módulo (s) Fiscal (s) do Imóvel (MF): 10,11 | Percentual de Reserva Legal (%): 84,9157 |
| Área total da propriedade (ha): 808,5572 | Área de uso atual (ha): 89,1345 |
| Área de Preservação Permanente (ha): 45,6460 | Área de uso a desmatar (ha): — |
| Área de Reserva Legal (ha): 686,5924 | Área Remanescente (ha): 24,8930 |

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 01 ANO.

Atenção:

- Esta licença é composta de 13 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/ atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM,

22 FEB 2018
[Signature]
Marta Gorete M. Da Silva
Diretora Técnica

[Signature]
Marcelo José de Lima Dutra
Diretor Presidente

RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA - L.O Nº 006/18

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada no Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 1282/T/12**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Proteger o solo da contaminação por substâncias tóxicas (combustível, óleos, graxas, inseticidas, tintas, produtos de limpeza e outros).
8. Proteger a fauna conforme estabelecido nas Leis n.º 5.197/67
9. É expressamente proibida a queima e deposição inadequada de resíduos de qualquer natureza, devendo os mesmos ser acondicionados e direcionados em local adequado.
10. Destinar adequadamente os resíduos sólidos (lixo, inclusive de obras e/ou reformas) gerados no empreendimento.
11. A aplicação, armazenamento, acondicionamento de resíduos e embalagens e transporte de agrotóxicos devem atender o disposto da Lei nº 7.802/89, regulamentada pelo Decreto nº 4.704/02 e na Lei Estadual nº 30803/12, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 36.107/2015.
12. Manter registro de entrega e recebimento das embalagens vazias de agrotóxicos utilizados na propriedade.
13. Atender as solicitações resultantes da análise do CAR registrado sob o nº AM 1303569-DAE3946DD18C484EB217E83F81FA7C1F.

Josely O Lima

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 486/06-05

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: ARAM - Associação dos Revendedores de Agrotóxicos do Amazonas.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Av. Flamboyant, s/nº, Lote 15 B9, Distrito Industrial II, Manaus-AM.

CNPJ/CPF: 06.144.569/0001-07

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

FONE: (92) 99152-3735

FAX: (92) 2127-1700/8159

REGISTRO NO IPAAM: 1012.3211

PROCESSO Nº: 1557/T/04

ATIVIDADE: Armazenagem de resíduos sólidos Classe I – Central de Recolhimento e Armazenagem.

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Av. Flamboyant, s/nº, Lote 15 B9, Distrito Industrial II, Manaus-AM.

Coordenadas Geográficas do Imóvel/Terreno:

| Ponto | Latitude (S) | Longitude (W) | Ponto | Latitude (S) | Longitude (W) |
|-------|--------------|---------------|-------|--------------|---------------|
| M-4 | 03°2'57,68" | 59°54'39,89" | M-03 | 03°3'1,80" | 59°54'44,89" |
| M-1 | 03°2'58,41" | 59°54'39,25" | M-02 | 03°3'2,53" | 59°54'44,26" |

FINALIDADE: Autorizar o recebimento, prensagem e armazenamento de embalagens vazias ou contendo resíduos de agrotóxicos, em uma área de 3.000 m².

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Grande **PORTE:** Pequeno

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 01 ANO.

Atenção:

- Esta licença é composta de 15 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM,

26 FEV 2018

Maria Gorete M. da Silva
Diretora Técnica

Marcelo José de Lima Dutra
Diretor Presidente

RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 486/06-06

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 1557/T/04**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente – APP, conforme estabelecido no Art. 4º da Lei nº. 12.651/12 (novo código florestal).
8. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, agrotóxicos, tintas e outros);
9. É expressamente proibida a queima e deposição inadequada de resíduos de qualquer natureza, devendo os mesmos ser acondicionados e direcionados a local adequado.
10. A aplicação, armazenamento, acondicionamento de resíduos e embalagens e transporte de agrotóxicos, devem atender os dispostos da Lei nº nº. 7.802 de 11 de julho de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 4.074, de 04 de Janeiro de 2002.
11. Manter registro de movimentação dos resíduos gerados no processo produtivo (fardos das embalagens), devendo o mesmo ficar a disposição deste IPAAM.
12. A coleta e o transporte dos fardos das embalagens somente poderão ser realizados por empresa licenciada para esta finalidade.
13. Cercar a área com altura mínima de 2m com estrutura de alvenaria ou alumínio e telhado acima da moeta.
14. Sinalizar a área corretamente, alertando sobre o risco e acesso restrito a pessoas autorizadas.
15. Fornecer ao usuário, no momento da devolução, comprovante de recebimento das embalagens vazias contendo resíduos, conforme Resolução CONAMA nº 465/2014.



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

RECEBI O ORIGINAL
Em: 27/02/2018 Nº 156

LICENÇA DE OPERAÇÃO - L.O. Nº 069/18

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS - IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: Stênio Ricardo Campos Krieger.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Av. Senador Álvaro Maia, nº 1.306, São Cristovão, Porto Velho-RO.

CNPJ/CPF: 763.984.552-15

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

FONE: (92) 98128-6605

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 0602.3103

PROCESSO Nº: 2865.2017

ATIVIDADE: Criação de Animais de Grande Porte.

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Rodovia BR-319, km 58, margem esquerda, (sentido Porto Velho/Humaitá), Zona Rural, Canutama-AM.

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

| Ponto | Latitude (S) | Longitude (W) | Ponto | Latitude (S) | Longitude (W) |
|-------|--------------|---------------|-------|--------------|---------------|
| PT 01 | 08°14'20.74" | 63°55'45.52" | PT 01 | 08°15'27.56" | 63°57'07.99" |
| PT 02 | 08°15'39.97" | 63°56'03.67" | PT 01 | 08°14'09.40" | 63°56'36.98" |

FINALIDADE: Autorizar a operação de um projeto para bovinocultura de corte, em uma área de 325,41ha de pastagem, em sistema de semi-confinamento (2,5 UA/ha), em pastejo rotacionado para gado de corte, incluindo cria, recria e engorda.

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Grande **PORTE:** Grande

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO:

| | |
|----------------------------------------------|-----------------------------------------|
| MÓDULO(S) FISCAL (IS) DO IMÓVEL (ME) 31.0289 | PERCENTUAL DE RESERVA LEGAL (HA) 67,55% |
| ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE (HA) 1.802,4914 | ÁREA DE CRIAÇÃO (HA) 325,4100 |
| ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (HA) 29,7400 | ÁREA DE USO A DESMATAR (HA) |
| ÁREA DE RESERVA LEGAL (HA) 67,4814 | ÁREA REMANESCENTE (HA) |

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 02 ANOS.

Atenção:

- Esta licença é composta de 11 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).
- Em caso de reprodução desta, deverá ser de forma integral (frente e verso)

Manaus-AM,

27/02/2018

Maria Gorete M. da Silva
Diretora Técnica

Fábio Rodrigues Marques
Diretor Jurídico,
no exercício da Presidência

RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 069/18

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 2865.2017**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente, conforme estabelecido no art. 4º da Lei nº 12.651/12.
8. Proteger o solo da contaminação por substâncias tóxicas (combustível, óleos, graxas, inseticidas, tintas e outros).
9. Proteger a fauna, conforme estabelecido na Lei nº 5.197/67.
10. É expressamente proibida a queima e a deposição inadequada de resíduos de qualquer natureza, devendo os mesmos ser acondicionados e direcionados em local adequado.
11. Solicitar a Licença Ambiental para a atividade de queima controlada no caso de uso de fogo no manejo da pastagem.



GOVERNO DO ESTADO DO

AMAZONAS

LICENÇA DE OPERAÇÃO - L.O. Nº 031/18

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS - IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: **Leonildo Jesus Scheffer**

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua Joaquim da Cunha, nº 05, Parque Dez de Novembro, Manaus-AM.

CNPJ/CPF: 476.259.022-34

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

FONE: (92) 98110-3165/99332-6194

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 1007.3103

PROCESSO Nº: 3325.2017

ATIVIDADE: Criação de Animais de Grande Porte.

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Rodovia BR-230, sentido Humaitá-Am/Apui-AM, km 157 Margem Direita, Manicoré-AM.

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

| Ponto | Latitude (S) | Longitude (W) | Ponto | Latitude (S) | Longitude (W) |
|--------|--------------|---------------|--------|--------------|---------------|
| M-2613 | 8°00'22,089" | 61°46'24,176" | M-2602 | 8°01'33,575" | 61°46'55,500" |
| M-3260 | 8°00'27,191" | 61°46'50,919" | M-3382 | 8°01'27,010" | 61°46'56,274" |
| M-3261 | 8°01'29,820" | 61°46'31,707" | M-2132 | 8°00'30,008" | 61°47'06,259" |
| M-2606 | 8°00'25,039" | 61°46'43,144" | AL-01 | 8°00'36,630" | 61°46'29,440" |
| M-2158 | 8°00'18,825" | 61°46'06,996" | AL-02 | 8°00'41,880" | 61°46'29,440" |
| M-3264 | 8°01'24,170" | 61°46'01,262" | AL-03 | 8°00'41,880" | 61°46'38,570" |
| M-2608 | 8°01'31,277" | 61°46'39,329" | AL-04 | 8°00'36,630" | 61°46'38,570" |
| M-2617 | 8°00'27,191" | 61°46'50,919" | | | |

FINALIDADE: Autorizar a operação da atividade pecuária de corte de ciclo completo, em uma área de 309,2536 ha, inserida no imóvel denominado "Fazenda Dois Irmãos", com área total de 352,1733 ha.

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Grande

PORTE: Grande

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO:

| | |
|---------------------------------------------|----------------------------------------|
| MÓDULO FISCAL (M) DO IMÓVEL (MF) 3,52 | PERCENTUAL DE RESERVA LEGAL (HA) 8,40% |
| ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE (HA) 352,1733 | ÁREA DE USO ATUAL (HA) 309,2536 |
| ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (HA) 24,3666 | ÁREA DE USO A DESMATAR (HA) |
| ÁREA DE RESERVA LEGAL (HA) 29,5673 | ÁREA REMANESCENTE (HA) |

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 01 ANO.

Atenção:

- Esta licença é composta de 14 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).
- Em caso de reprodução desta, deverá ser de forma integral (frente e verso)

Manaus-AM,

27 FEVEREIRO 2018

Sherson Vitorino da Silva

Gerente, no exercício da Diretoria Técnica

 Marcelo José de Lima Dutra
 Diretor Presidente

RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA - LO Nº 031/18

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme Art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 3325.2017**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Proteger o solo da contaminação por substâncias tóxicas (combustível, óleos, graxas, inseticidas, tintas, produtos de limpeza e outros).
8. Proteger a fauna, conforme estabelecido na Lei nº 5.197/67.
9. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente, conforme estabelecido no art. 4º da Lei nº 12.651/12.
10. É expressamente proibida a queima e a deposição inadequada de resíduos de qualquer natureza, devendo os mesmos ser acondicionados e direcionados em local adequado.
11. Destinar adequadamente os resíduos sólidos (lixo, inclusive de obras e/ou reforma) gerados no empreendimento.
12. A aplicação, armazenamento, acondicionamento de resíduos, embalagens e transporte de agrotóxicos, devem atender os dispostos da Lei Federal nº nº 7.802/89, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.074, de 04 de Janeiro de 2002 e na Lei Estadual nº 3.803/12, regulamentada pelo decreto Estadual nº 36.107/15.
13. No caso de abate na propriedade, independente da quantidade de animais a serem abatidos por ciclo, deverá ser solicitado Licenciamento Ambiental específico para a atividade de Agroindústrias (Abatedouro ou Sala de Abate).
14. Atender as solicitações resultantes na análise do CAR registrado sob o nº AM-1302702-8EBD445FE72546B691B4B7926B10DBDF, bem como, efetuar adesão ao Programa de Regularização Ambiental - PRA na vigência desta licença.



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

RECEBI O ORIGINAL
Em: 01.02.18



LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. N.º

Cristina Zilma Escobar Lay
Engenheira Florestal
CREA/AM 042.997/1-6
Matrícula 1814

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

| | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|------------------------------|
| Interessado: Jamisson Padilha de Andrade | | |
| Endereço para correspondência: Rua Juda, Paróquia São José, s/nº, Grande Vitória, Codajás-AM | | CEP: |
| CNPJ/CPF: 002.028.922-71 | | Inscrição Estadual: |
| Fone: | Fax: | e-mail: |
| Registro no IPAAM: 0905.3404 | Processo nº: 1919/T/14 | Município: Codajás-AM |
| Atividade: Exploração Florestal - PMFS Pequena Escala | | |
| Localização da Atividade: Margem direita do Rio Cunauarú, Codajás/AM. | | |
| Coordenadas Geográficas do Imóvel | | |
| ÁREA DO IMÓVEL – P-1: 03°04'03,34"S, 63°08'32,70"W, P-2: 03°03'16,93"S, 63°08'56,28"W, P-3: 03°03'59,28"S, 63°10'38,88"W, P-4: 03°04'48,05"S, 63°10'18,99"W | | |
| ÁREA INVENTARIADA – INV-1: 03°03'42,98"S, 63°09'42,25"W, INV-2: 03°03'56,50"S, 63°09'51,13"W, INV-3: 03°04'01,58"S, 63°09'42,42"W, INV-4: 03°03'48,33"S, 63°09'33,67"W Codajás – AM | | |
| Finalidade: Autorizar a exploração florestal por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala – PMFSPE em um imóvel com área total de 400,00 ha, Área de Efetivo Manejo de 365,67 ha e área da UPF (área inventariada) de 15,32 ha, cujo volume a ser explorado é de 311,72 m³ de madeira em tora. | | |
| Pot. / Poluidor/Degradador: Pequeno | Porte: Pequeno | Validade: 01 Ano |

DADOS DO MANEJO FLORESTAL/IMÓVEL

| | |
|-------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| Área da Propriedade (ha): 400,00 | Município: Codajás. |
| Área Total do Plano (ha): 400,00 | Denominação: Jerusalém. |
| Área de Efetivo Manejo Florestal - AEMF (ha): 365,67 | Transcrição/Matrícula: Título Provisório de ITEAM N° 6818, 6893. |
| Área de Efetiva Colheita Florestal - AECF (ha): 15,32 | Registro do Imóvel: |
| Intensidade de Corte (m³/ha): 20,34 | Responsável Técnico: Vilson de Souza Rocha. |
| Intensidade Máxima de Colheita (m³/ha/ano): 0,85 | CREA/AM N°: 15911-D. |
| Número Total Autorizado de Árvores: 101 | Volume Total Autorizado (m³): 311,72 m³ de madeira em tora. |

Manaus,

01 FEV 2018

Maria Gorete M. da Silva
Diretora Técnica

Marcos José de Lima Dutra
Diretor Presidente

RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO N° 109/15-01

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada no Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no processo nº. 1919/T/14.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente, conforme estabelecido a Lei n.º 12.651/12, com redação dada pela Medida Provisória nº 571/12.
8. É proibido o corte e a comercialização de Castanheira (*Bertholletia excelsa*), da seringueira (*Hevea brasiliensis*), da Abidroba (*Carapa guianensis*, *Carapa paracense*) e da Copaíba (*Copaifera trapezifolia*, *Copaifera reticulata*, *Copaifera multijuga*), de acordo com os Decretos Federais nº 1.282/94 de 19.10.1994 e n.º 2687/98 e Decreto Estadual nº 25.044/05, (12.07.05).
9. Proteger a fauna, conforme estabelecido na Lei n.º 5.197/67.
10. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, inseticidas, agrotóxicos, tintas e outros).
11. Esta licença autoriza a extração das espécies e volumetria nela listadas e a realização do beneficiamento primário da madeira até os subprodutos especificados no PMFSPE, sendo obrigatória a declaração das informações das conversões realizadas junto ao Sistema DOF.
12. Evitar a derrubada de árvores ocas, preservando os ninhai e abrigos da fauna.
13. Fica proibida a interrupção dos cursos d'água, quando construção das vias de acesso na área.
14. Afixar e manter, junto aos tocos das árvores exploradas, plaquetas com a numeração da árvore correspondente por todo o ciclo de corte.
15. É expressamente proibida a queima de resíduos sólidos de qualquer natureza na área do projeto.
16. Dar destino adequado aos resíduos domésticos e as embalagens dos insumos consumidos na área do projeto durante as fases Pré-exploratória, Exploratória e Pós-exploratória.
17. Materializar em campo os vértices da poligonal da área da propriedade com respectiva identificação dos seus marcos.
18. Realizar o corte de cipós, na área manejada, como medida para minimizar os impactos oriundos da atividade de exploração florestal.
19. Cumprir com as medidas de minimização dos impactos descritos no Projeto de Manejo Florestal, apresentado a este Instituto.
20. Identificar a Área do Plano de Manejo Florestal com placa, conforme modelo IPAAM.
21. É obrigatório o controle da origem florestal por meio de rastreamento da madeira colhida, desde a sua localização na floresta até o local de desdobramento.
22. Adotar o sistema eletrônico de controle de Produtos Florestais (Sistema DOF) para a saída de matéria-prima florestal do empreendimento.
23. Apresentar até o prazo de 5 anos o documento fundiário do imóvel, de acordo com a Resolução CEMAAM/Nº007/2011.



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

ORIGINAL

01/02/18



Cristina Zilma Escobar Lay
Engenheira Florestal
CREA/AM 040296781-6
Matrícula 1814

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 109/15-01 fls. 02

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

| | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|------------------------------|
| Interessado: Jamisson Padilha de Andrade | | |
| Endereço para correspondência: Rua Judá, Paróquia São José, s/nº, Grande Vitória, Codajás-AM | | CEP: |
| CNPJ/CPF: 002.028.922-71 | | Inscrição Estadual: |
| Fone: | Fax: | e-mail: |
| Registro no IPAAM: 0905.3404 | Processo nº: 1919/T/14 | Município: Codajás-AM |

EXPLORAÇÃO/VOLUME (M³/ANO)

| Espécie | Nome científico | Vol. (m³) | NA |
|----------------|--------------------------------------------|---------------|------------|
| Amarelinho | <i>Proculiteria effusa (Huber) Ducke</i> | 3,75 | 2 |
| Angelim | <i>Proserpinaca acuminata Ducke</i> | 13,74 | 4 |
| Cedrinho | <i>Sclerocarya micrantha Ducke</i> | 2,23 | 1 |
| Churu | <i>Alseodaphne lasata Albern</i> | 1,61 | 1 |
| Cupéba | <i>Calyptra glabra Aubl.</i> | 7,44 | 3 |
| Garcém | <i>Brumelia galei (H.B.K.) Pittier</i> | 29,21 | 7 |
| Guatuba | <i>Charina racemosa Ret F.</i> | 2,39 | 1 |
| Guarabá | <i>Podocarpus maritima Ducke</i> | 63,6 | 20 |
| Jurana | <i>Lucydes characina (L.) Berg.</i> | 3,4 | 2 |
| João mole | <i>Raua glomeruliflora</i> | 14,17 | 4 |
| Loiro | <i>Nectandra discolor (H.B.K.) Naud.</i> | 11,65 | 3 |
| Loiro gamela | <i>Coccoloba rubra Mez.</i> | 3,29 | 2 |
| Maciço chiador | <i>Licania oblongifolia Standl.</i> | 5,47 | 3 |
| Maparajuba | <i>Manilkara paraensis (Huber) Standl.</i> | 9,65 | 5 |
| Marupa | <i>Manilkara avicaria Aubl.</i> | 53,02 | 15 |
| Mairapiranga | <i>Tapelachna paniculata Benth.</i> | 24,35 | 10 |
| Pegua | <i>Caracota microcarpa Ducke</i> | 10,23 | 3 |
| Pequitaruna | <i>Caracota glabra</i> | 18,29 | 5 |
| Sacupira | <i>Cordia alliodora var. flava</i> | 6,9 | 2 |
| Tambuca | <i>Pluchea viridiflora Ducke</i> | 10,4 | 3 |
| Tintiro | <i>Alseodaphne micrantha Ducke</i> | 9,48 | 4 |
| Virula | <i>Persea molleflora Ducke</i> | 3,12 | 1 |
| Total | | 311,72 | 181 |

LEGENDA:

V – Volume em m³ - ESTIMADO.

NA – Número das árvores.

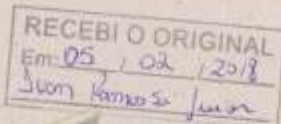
Atenção:

- Esta licença é composta de 25 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM,

01 FEV 2018
Márcia Gorete M. da Silva
Diretora Técnica

Marcelo José de Lima Dutra
Diretor Presidente



LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 134/12-02

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: Muralha Indústria e Comércio de Madeira Ltda - ME.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rodovia BR 230 (Transamazônica), km 180, Distrito de Santo Antônio do Matupi, Zona Rural, Manicoré-AM.

CNPJ/CPF: 14.292.869/0001-61

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 04.236.363-2

FONE: (92) 98112-5126

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 0703.0702

PROCESSO Nº: 5167/T/11

ATIVIDADE: Indústria Madeireira.

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Rodovia BR 230 (Transamazônica), km 180, Distrito de Santo Antônio do Matupi, Zona Rural, nas coordenadas geográficas: 07°55'58,61"S e 61°33'23,91"W, Manicoré-AM.

FINALIDADE: Autorizar o funcionamento da serraria para desdobro primário da madeira, beneficiada de madeira, serviços de secagem da madeira.

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Médio

PORTE: Médio

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 02 ANOS.

Atenção:

- Esta licença é composta de 19 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve estar disposta de forma visível (frente e verso), no local onde é desenvolvida a atividade.

Manaus-AM.

05-FEV-2018

Maria Gorete M. da Silva
Diretora Técnica

Marcelo José de Lima Dutra
Diretor Presidente

RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA - LO Nº 134/12-02

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada no Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº 3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº 3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no processo nº 5167/T/11.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. É expressamente proibido o lançamento in natura a céu aberto e a queima de resíduos a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos, não licenciados para essa, conforme estabelecido no Art. 47, inciso II e III, da Lei 12.305/2010.
8. O armazenamento temporário dos resíduos da indústria madeireira deverá ser realizado em local apropriado no empreendimento, conforme projeto aprovado pelo IPAAM, antes que estes sejam doados ou comercializados por terceiros.
9. Manter em arquivo na empresa, comprovante de origem legal da matéria-prima (DOF e as respectivas Notas Fiscais) das matérias primas adquiridas pela empresa.
10. Qualquer pessoa física ou jurídica, que explore, industrialize, beneficie, utilize e consuma produtos e subprodutos florestais, está obrigado a comprovar a legalidade de sua origem (art. 10º da Lei nº 2.416/96).
11. Manter a matéria prima florestal (em tora e/ou beneficiada) organizada por origem, espécie e tipo (tora, prancha, tábuas, etc.), objetivando a rastreabilidade e conferência da matéria prima durante as operações de monitoramento e fiscalização (IN IBAMA nº 10/2015).
12. Manter atualizadas diariamente as tabelas de romaneio, apresentando-as aos órgãos ambientais competentes quando solicitadas.
13. Adotar o sistema eletrônico de Controle de Produtos Florestais (sistema DOF) para a entrada e saída da matéria-prima florestal do empreendimento.
14. Indícios de comercialização irregular de créditos no sistema DOF constatados por meio de análise de relatórios parciais de atividades dos PMFS, monitoramento do sistema DOF ou de vistorias técnicas, podem acarretar na suspensão da origem até a realização de fiscalização no empreendimento.
15. Informar em sistema DOF, a conversão de produtos florestais por meio do processamento industrial ou processo semi-mecanizado, respeitando os limites máximos de coeficiente de rendimentos volumétrico dispostos no Anexo II da IN-IBAMA 21/14 (Artigo 54 da IN/IBAMA/Nº 21/14).
16. Informar em Sistema DOF a destinação final para operações que resultam na saída do produto florestal do fluxo de controle, mediante a sua utilização ou aplicação final, ou pela transformação em produto acabado para efeito de atualização contábil junto ao Sistema DOF, estando o usuário sujeito às sanções previstas na legislação ambiental em caso de desconformidade entre os saldos contabilizados e as quantidades dos estoques físicos existentes (Artigo 56 da IN/IBAMA/Nº 21/14).
17. Os resíduos industriais deverão ser comercializados e/ou doados por meio da emissão do DOF (exceto serragem) e/ou destinados em sistema DOF, quando for o caso.
18. Apresentar relatórios parciais de atividade (anualmente a partir da liberação da LO) para monitoramento/acompanhamento das atividades, devidamente assinados pelo responsável técnico da indústria, conforme Termo de Referência (modelo IPAAM).
19. Enviar a este IPAAM, quando da solicitação de Renovação da Licença de Operação o inventário dos resíduos industriais.

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.A.U. Nº 023/18

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: Lopes e Lopes Comércio Atacadista de Combustível de Origem Vegetal Ltda-ME.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua Primula, nº 228, Jorge Teixeira, Manaus-AM.

CNPJ/CPF: 05.443.684/0001-10

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 04.175.150-7

FONE: (92) 99173-0463

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 1012.0717

PROCESSO Nº: 3724/T/15

ATIVIDADE: Indústria Madeireira – Depósito de Carvão.

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Rua Primula, nº 228, Jorge Teixeira, nas coordenadas geográficas 03°00'53,7"S e 59°56'40,8"W, Manaus-AM.

FINALIDADE: Autorizar o funcionamento do depósito de carvão vegetal para a comercialização.

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Pequeno


PORTE: Micro


PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 02 ANOS.

Atenção:

- Esta licença é composta de 10 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve estar disposta de forma visível (frente e verso), no local onde é desenvolvida a atividade.

Manaus-AM.

07 FEV 2018

Maria Gorete M. da Silva
Diretora Técnica


Marcelo Jose de Lima Dutra
Diretor Presidente

RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LAU Nº 023/18

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 3724/T/15**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Adotar o sistema eletrônico de Controle de Produtos Florestais (sistema DOF) para a entrada e saída de matéria-prima florestal do empreendimento.
8. Manter em arquivo na empresa, comprovante de origem legal (DOF's com as respectivas Notas Fiscais) da matéria prima adquirida pela empresa.
9. O armazenamento temporário dos resíduos da indústria deverá ser realizado em local apropriado na área do empreendimento, devendo este ser retirado (comercializado ou doado) periodicamente durante o período de vigência desta Licença.
10. Esta Licença não autoriza a transformação/conversão de um produto e/ou subproduto florestal em outro, sendo permitido apenas o redimensionamento das peças de madeira.

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 593/11-03

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: S. M. Sales – ME.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua Otavio Araújo, nº 2.586, Morada do Sol, Manacapuru-AM.

CNPJ/CPF: 01.261.124/0001-93

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 04.218.689-7

FONE: (92) 98443-8823

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 1011.0708

PROCESSO Nº: 5028/08/V3

ATIVIDADE: Indústria Madeireira

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Rua Otavio Araújo, nº 2.586, Morada do Sol, nas coordenadas geográficas 03°16'58,4"S e 60°38'14,70"W, Manacapuru-AM.

FINALIDADE: Autorizar o desdobro secundário da madeira – beneficiamento de madeira.

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Pequeno **PORTE:** Pequeno

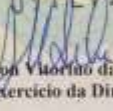
PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 03 ANOS.


Atenção:

- Esta licença é composta de 15 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM,

09 FEV 2018


Sheron Vitorino da Silva
Gerente, no exercício da Diretoria Técnica

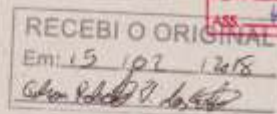

Marcelo José de Lima Dutra
Diretor Presidente

RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 593/11-03

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada no Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº 3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº 3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no processo nº 5028/08/V3.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. É proibido o lançamento in natura a céu aberto e a queima de resíduos a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos, não licenciados para essa finalidade conforme Art. 47, II e III da Lei Nº 12.305/2010.
8. O armazenamento temporário dos resíduos da indústria madeireira, deverá ser realizado em local apropriado no empreendimento, conforme projeto aprovado pelo IPAAM.
9. Os resíduos industriais deverão ser comercializados e/ou doados por meio da utilização do DOF e/ou destinados em sistema DOF, quando for o caso.
10. Manter em arquivo na empresa, comprovante de origem legal (DOF e respectivas Notas Fiscais) da matéria prima adquirida pela empresa.
11. Qualquer pessoa física ou jurídica, que explore, industrialize, beneficie, utilize e consuma produtos e subprodutos florestais, está obrigado a comprovar a legalidade de sua origem (art. 10º da Lei nº 2.416/96).
12. Manter a matéria prima florestal organizada por espécie, objetivando a rastreabilidade e conferência da matéria prima durante as operações de monitoramento e fiscalização (IN/IBAMA Nº 10/2015).
13. Adotar o sistema eletrônico de Controle de Produtos Florestais (sistema DOF) para a entrada e saída de matéria-prima florestal do empreendimento.
14. Indícios de comercialização irregular de créditos no sistema DOF constatados por meio do monitoramento do sistema, de vistorias técnicas ou fiscalizações podem acarretar na suspensão do pátio no DOF.
15. Informar em Sistema DOF a destinação final para operações que resultam na saída do produto florestal do fluxo de controle, mediante a sua utilização ou aplicação final, ou pela transformação em produto acabado pra efeito de atualização contábil junto ao Sistema DOF, estando o usuário sujeito às sanções previstas na legislação ambiental em caso de desconformidade entre os saldos contabilizados e as quantidades dos estoques físicos existentes (artigo 56 da IN/IBAMA/Nº 21/14).



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS



IPAAM
R.N. 80
ASS. [Signature]

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.A.U. Nº 020/18

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: L F dos Santos Castro - Eireli - EPP.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua Cônego Bento, nº 22, Centro, Novo Aripuanã-AM.

CNPJ/CPF: 23.037.027/0001-54

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 05.372.829-7

FONE: (92) 99188-0566

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 0704.0801

PROCESSO Nº: 0891.2017

ATIVIDADE: Indústria do Mobiliário.

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Ramal do Bahia, nº 14, Lote 05, nas coordenadas geográficas 05°8'13,263"S e 60°21'49,527"W, Novo Aripuanã-AM.

FINALIDADE: Autorizar a fabricação de móveis, artigos do mobiliário em geral.

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Pequeno

PORTE: Micro

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 03 ANOS.

Atenção:

- Esta licença é composta de 16 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve estar disposta de forma visível (frente e verso), no local onde é desenvolvida a atividade.

Manaus-AM,

05 FEV 2018

15 FEV 2018

Marta Correto M. da Silva
Diretora Técnica

Marcelo José de Lima Dutra
Diretor Presidente

RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LAU Nº 020/18

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada no Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 0891.2017**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. É proibido o lançamento in natura a céu aberto e a queima de resíduos a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos, não licenciados para essa finalidade conforme Art. 47, II e III da Lei Nº 12.305/2010.
8. Qualquer pessoa física e/ou jurídica, que explore, industrialize, beneficie, utilize e consuma produtos e subprodutos florestais está obrigado a comprovar a legalidade de sua origem (Art. 10 da Lei nº 2.416/96).
9. Manter em arquivo na empresa, comprovante de origem legal (DOF's com as respectivas Notas Fiscais) da matéria prima adquirida pela empresa.
10. Manter a matéria prima organizada por origem, espécie e tipo (prancha, tábuas, etc), objetivando a rastreabilidade e conferência da matéria prima durante as operações de monitoramento e fiscalização.
11. Adotar o sistema eletrônico de Controle de Produtos Florestais (sistema DOF) para a entrada e saída de matéria-prima florestal do empreendimento.
12. Informar em Sistema DOF a conversão de produtos florestais, por meio do processamento industrial ou processo semi-mecanizado, respeitando os limites máximos de coeficiente de rendimentos volumétrico dispostos no Anexo II da IN-IBAMA 21/14 (Art. 54 da IN-IBAMA 21/14).
13. Informar em Sistema DOF a destinação final para operações que resultam na saída do produto florestal do fluxo de controle, mediante a sua utilização ou aplicação final, ou pela transformação em produto acabado pra efeito de atualização contábil junto ao Sistema DOF, estando o usuário sujeito às sanções previstas na legislação ambiental em caso de desconformidade entre os saldos contabilizados e as quantidades dos estoques físicos existentes (artigo 56 da IN/IBAMA/Nº 21/14).
14. O armazenamento temporário dos resíduos da indústria deverá ser realizado em local apropriado na área do empreendimento, devendo este ser retirado (comercializado ou doado) periodicamente durante o período de vigência desta Licença.
15. Os resíduos industriais deverão ser comercializados e/ou doados por meio da emissão do Sistema DOF (exceto serragem) e/ou destinados em sistema DOF, quando for o caso.
16. Enviar a este IPAAM, quando da solicitação de renovação da Licença os comprovantes destinação final dos resíduos industriais.



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS



RECEBI O ORIGINAL

Em: 15/02/2015

Carla Rosa de Almeida

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 032/15-01

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

| | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------------|
| Interessado: Dorenize Silva Rolim | | |
| Endereço para correspondência: Comunidade Núcleo Irmãos Remanescentes, s/nº, Zona rural, Boa Vista do Ramos-AM | | CEP: |
| CNPJ/CPF: 009.985.442-21 | | Inscrição Estadual: |
| Fone: (92) 3237-4853 | Fax: | e-mail: |
| Registro no IPAAM: 1004.3404 | Processo nº: 3765/T/12 | Município: Boa Vista do Ramos-AM |
| Atividade: Exploração Florestal – PMFS Pequena Escala | | |
| Localização da Atividade: Margem direita do Igarapé do Pireira, afluente do Rio Curuçá, Boa Vista do Ramos-AM | | |
| Coordenadas Geográficas: do Imóvel | | |
| ÁREA DO IMÓVEL – P-1: 03°24'09,70"S, 57°24'00,37"W; P-2: 03°23'59,00"S, 57°22'56,47"W; P-3: 03°24'29,70"S, 57°22'44,87"W; P-4: 03°24'40,20"S, 57°23'48,87"W | | |
| ÁREA INVENTARIADA-INV-1: 03°24'35,82"S, 57°23'49,00"W; INV-2: 03°24'22,18"S, 57°23'19,01"W; INV-3: 03°24'25,27"S, 57°23'17,98"W; INV-4: 03°24'38,91"S, 57°23'47,98"W. Boa Vista do Ramos-AM | | |
| Finalidade: Autorizar a exploração florestal por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável de Pequena Escala – PMESPE em um imóvel com área total de 197,00 ha , Área de Efetivo Manejo de 161,40 ha e área da UPF (área inventariada) de 10,10 ha , cujo volume a ser explorado é de 138,629 m³ de madeira em tora. | | |
| Pot. / Poluidor/Degradador: Pequeno | Porte: Pequeno | Validade: 01 Ano |

DADOS DO MANEJO FLORESTAL/IMÓVEL

| | |
|-------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| Área da Propriedade (ha): 197,00 | Município: Boa Vista do Ramos. |
| Área Total do Plano (ha): 173,48 | Denominação: Nova Conquista. |
| Área de Efetivo Manejo (AEMF) (ha): 161,40 | Transcrição/Matrícula: CDRL/ITEAM nº 1438. |
| Área de Efetiva Colheita Florestal – AECF (ha): 10,10 | Registro do Imóvel: Requerimento de regularização fundiária ao INCRA (fl. 43). |
| Intensidade de Corte (m³/ha AECF): 13,72 | Responsável Técnico: Cristina Zulma Escate. |
| Intensidade Máxima de Colheita (m³/ha/ano): 0,85 | CREA / AM Nº: 12283-D |
| Número Total de Autorização de Árvores: 17 | Volume Total Autorizado (m³): 138,629 m³ em tora |

Manaus,

15 FEV 2015
Mariaorgete M. da Silva
Diretora Técnica

Marcelo José de Lima Dutra
Diretor Presidente

RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 032/15-01

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada no Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no processo nº. 3765/T/12.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ênfase para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Manter integral as Áreas de Preservação Permanente, conforme estabelecido a Lei nº. 12.651/12, com redação dada pela Medida Provisória nº 571/12
8. É proibido o corte e a comercialização de *Castanheira (Bertholletia excelsa)*, da seringueira (*Hevea brasiliensis*), da Andiroba (*Carapa guianensis*, *Carapa parauense*) e da Copaliba (*Copaifera trapezifolia*, *Copaifera reticulata*, *Copaifera multijuga*), de acordo com os Decretos Federais nº 1.282/94 de 19.10.1994 e nº 2687/98 e Decreto Estadual nº 25.044/05. (12.07.05).
9. Proteger a fauna, conforme estabelecido na Lei nº. 5.197/67.
10. Proteger o solo e os cursos d'água da contaminação por substâncias tóxicas (combustíveis, óleos, graxas, inseticidas, agrotóxicos, tintas e outros).
11. Esta licença autoriza a extração das espécies e volumetria nela listadas e a realização do beneficiamento primário da madeira até os subprodutos especificados no PMFSPE, sendo obrigatória a declaração das informações das conversões realizadas junto ao Sistema DOF.
12. Evitar a derrubada de árvores ocas, preservando os ninhaiis e abrigos da fauna.
13. Fica proibida a interrupção dos cursos d'água, quando construção das vias de acesso na área.
14. Afixar e manter, junto aos tocos das árvores exploradas, plaquetas com a numeração do árvore correspondente por todo o ciclo de corte.
15. É expressamente proibida a queima de resíduos sólidos de qualquer natureza na área do projeto.
16. Dar destino adequado aos resíduos domésticos e as embalagens dos insumos consumidos na área do projeto durante as fases Pré-exploratória, Exploratória e Pós-exploratória.
17. Materializar em campo os vértices da poligonal da área da propriedade com respectiva identificação dos seus marcos.
18. Realizar o corte de cipós, na área manejada, como medida para minimizar os impactos oriundos da atividade de exploração florestal.
19. Cumprir com as medidas de minimização dos impactos descritos no Projeto de Manejo Florestal, apresentado a este Instituto.
20. Identificar a Área do Plano de Manejo Florestal com placa, conforme modelo IPAAM.
21. É obrigatório o controle da origem florestal por meio de rastreamento da madeira colhida, desde a sua localização na floresta até o local de desdobramento.
22. Adotar o sistema eletrônico de controle de Produtos Florestais (Sistema DOF) para a saída de matéria-prima florestal do empreendimento.
23. Apresentar até o prazo de 5 anos o documento fundiário do imóvel, de acordo com a Resolução CEMAAM/Nº007/2011.